



➤ VOX: Emídio Fernando

Emídio Fernando conta-nos como vê os conflitos que reportou e explica-nos com que olhos vê os problemas inerentes a cada um deles. Melhor do que um olhar analítico, só a perspectiva de quem viu de perto muitos atentados à Humanidade.

Entrevista de André Forte / ESCS

Emídio Fernando é repórter de política da TSF. Durante muitos anos foi enviado especial em conflitos internacionais pela mesma emissora e foi dos poucos jornalistas em Portugal a reportar o genocídio no Ruanda e a dar-lhe a importância que este teve realmente. Como angolano que é, revela-se conhecedor do continente Africano, assolado pelas maiores desgraças que a Campanha do Milénio tenta colmatar, e entendido nos seus problemas. Da mesma forma que os sabe enumerar, sabe problematizá-los e propor soluções. E só assim os Objectivos para 2015 podem ser cumpridos.

Agora está na área de política da TSF. Na sua opinião, a resolução dos problemas estruturais passa pela diplomacia?

Emídio Fernando (EF): Não passa pela diplomacia, mas sim pela boa governação, que não existe, nem existe interesse nisso. Falando de um país que eu conheço muito bem: Angola. Se todas as empresas de construção civil que estão lá a trabalhar – e falo de empresas de construção civil como podia falar de bancos, de empresas petrolíferas, por aí fora –, fossem obrigadas a construir vinte casas, por exemplo, quando ganham um projecto para construir um estádio de futebol, o problema da habitação estaria resolvido. Para uma empresa que vai construir um estádio isso é um buraquinho. E quem diz Angola diz todos os países que estão em grande desenvolvimento ou que estão a tentar crescer. Se todos eles tivessem esse tipo



de exigências, se exigissem formação, a construção de escolas, eram problemas que se iam resolvendo. Por exemplo, os países africanos francófonos, nos cadernos de encargos grande parte deles exigem ou dão preferência às empresas francesas ou francófonas. Da mesma forma que está esta regra podia estar outra, que trouxesse infra-estruturas para o país. Mas isso não acontece, trata-se de um problema de governação.

Acha que os media actuais têm algum papel para combater esse tipo problemas estruturais, tanto nos países em desenvolvimento como cá?

EF: Hesito muito em responder porque não acredito muito no papel da comunicação social actualmente. Os media estão a ser encaminhados tipo carneirada para serem os porta-vozes dos governos, das instituições, dos bancos e das organizações. Essa é a tendência em todo o mundo.

Então os media actuais quase que propagam os problemas, em vez de os combater...

EF: Antes propagassem, pelo menos sabíamos que existiam. Muitas vezes escondem os problemas. Fazendo uma análise, naqueles que são considerados os países subdesenvolvidos, sobre quem são os principais órgãos de comunicação social, verifica-se que são todos pro-governamentais – são os únicos que têm condições para existirem, porque são apoiados pelos estados. Aí dizem o que o governo quer que eles digam. Depois, se são privados, é gente com dinheiro, que, nesses países, tem sempre uma ligação umbilical com os poderes instituídos, seja ao governo, ao que for. É sempre tudo igual: naqueles países considerados médios no desenvolvimento, como Portugal, os órgãos de referência estão todos colados ao poder; se não é ao poder económico é ao político. No entanto, eu acho que pode sempre haver nichos de mercado aqui, e pode haver órgãos de comunicação social que conseguem propagar, no sentido de divulgar e denunciar, essas questões.



Idealmente, seria o papel dos media.

EF: Seria esse o papel deles, sim. Mas o grande exemplo disto, que é histórico e que nos vai servir para toda a vida, para quem é jornalista, para quem não é e para quem trabalha nestas organizações, é o que aconteceu no Ruanda, em 1994, e que depois se repete com mais ou menos outras proporções em 1996. É uma situação que nunca foi resolvida, porque a comunicação social no Ruanda, como faz como a espuma dos dias, foi divulgando as atrocidades e os seus efeitos, mas não denunciou a essência: é que as Nações Unidas rejeitaram classificar aquilo de genocídio. Essa é que era a essência do problema. Se classificassem a situação como genocídio, teriam de enviar tropas, teriam de fazer uma intervenção, mas não. Toda a gente esteve meses a falar sobre o que se estava a passar no Ruanda, falava-se regularmente de uma ou outra coisa, mas na essência não houve nada ali. Claro que a comunicação social poderia ter denunciado isto, o que aconteceu em muito poucos casos.

Assistiu ao genocídio no Ruanda?

EF: Sim.

Usando como meio de comparação, como é que assiste à passividade da comunidade internacional em relação ao que está a acontecer agora no Darfur?

EF: É idêntico. As Nações Unidas nunca aprenderam nada. Sendo que desta vez, e pela primeira vez, a comunicação social é muito mais activa, até porque tem como exemplo daquilo que aconteceu no Ruanda, não se limita só a contar o que se passa. Mas o problema também é não haver reportagens; está praticamente esquecida toda aquela zona, pouca gente fala daquilo. Aquilo é África. Os principais órgãos de comunicação social africanos, que têm algum peso significativo, são a revista Jeune Afrique e a televisão francesa, que no que a



África diz respeito é a mais importante e que mais atenção dá ao assunto. Ambas não falam daquilo, praticamente, estão coladas aos poderes. Depois se se tiver em conta as televisões, as grandes broadcasters internacionais, as CNNs e assim: de África têm os business report, que é sobre negócios. Ou seja, está tudo colado. Tudo o que se está a passar nas Somálias e por aí fora é quase a mesma coisa. E a comunicação social aí é o falhanço, tal como é o falhanço de todas as instituições e das próprias Nações Unidas. Não servem absolutamente para nada, ou pelo menos para grande coisas.

Acha que há uma relação proporcionalmente directa entre a existência de conflitos e problemas sociais e económicos, ou é precisamente o oposto que acontece?

EF: As Nações Unidas têm estudos sobre isso. É curioso ver nas tabelas desde 1945, desde o fim da II Guerra Mundial, e sobretudo a partir de 1960 quando começaram as independências africanas, a relação entre os conflitos, as guerras, e outros vectores, como por exemplo a religião. Muito mais importante do que o aspecto social ou económico é a religião, que é decisiva nos conflitos. Muito mais do que a pobreza, do que a miséria, do que o conflito social. Grande parte dos conflitos partem daí. Depois, claro, há as diferenças étnicas. De facto, conflitos sociais e económicos, mas não consigo precisar, só se tivesse o estudo aqui para consulta, não me lembro de ver um conflito que tenha a fome como origem. Até porque normalmente, nos países subdesenvolvidos, as pessoas são mais pacíficas e controladas. Desde 1945, nos sítios onde eu estive, não posso determinar com clareza nenhuma que um conflito tenha começado pela fome. São sempre diferenças étnicas ou religiosas.

A saída de Portugal dos antigos territórios do Ultramar foi repentina. A Guiné, por exemplo...

EF: A Guiné é um bom caldeirão, que resume aquilo de que estávamos a falar. Junta diferença étnicas e religiosas, é pólvora pura. Pior que isso, junta diferenças étnicas, a religião e duas



potenciais coloniais, que lá estão metidas. Uma que não se interessa nada por aquilo e não tem perspectivas nenhuma, que é Portugal, e a outra que quer abocanhar aquilo, que é a França.

Mas acha que a repentina saída de Portugal desses países, no pós-25 de Abril, assim como outras potenciais coloniais como a França e a Inglaterra, contribuiu para que tivessem graves problemas a instaurar estados independentes e juntos?

EF: Sim, porque os quadros vieram-se todos embora. O colonialismo português foi muito selectivo. Todos eles, mas o português em especial. Só os brancos estudavam de facto, é que eram formados de facto, e a presença da religião católica travava completamente o crescimento dos povos indígenas. Só se formaram quadros nessas situações e depois fugiram. Portugal não deixou quadros nenhuns. Mas também era inevitável que tivessem fugido da forma como fizeram, é preciso fazer um enquadramento histórico. Os portugueses alimentaram a ilusão durante tantos anos, mesmo olhando para o lado, para os outros países todos que estavam a declarar independência, que aquilo ia ser Portugal até à eternidade. Não se aperceberam de que isso era impossível, de que estavam contra os ventos da história. E quando se aperceberam, fugiram. Isso contribuiu e de que maneira. E agora há outro colonialismo que está a contribuir ainda mais para essa situação.

O neo-colonialismo?

EF: Da China, por exemplo. A China anda a construir no Zimbabué, em Angola, na Zâmbia, por exemplo, hospitais, só um exemplo comum, onde todas as indicações e instruções disponíveis estão em mandarim ou em cantão. Nem inglês, nem português... ou seja, nenhum técnico vai saber mexer numa máquina que tem aqueles bonecos em vez de ter aquelas letras que ele conhece.



Os países ditos ricos deviam ter uma responsabilidade para com os países subdesenvolvidos, tendo em conta essa herança histórica? Por exemplo, Portugal em relação aos antigos territórios do Ultramar?

EF: Isso é muito complicado de dizer assim. Eu não sei se deveriam ter, porque já passaram muitos anos, os países já estão independentes, já são crescidos, já têm 30 anos de independência. Mas há uma responsabilidade, porque também os exploraram durante 500 anos. No entanto, hoje, por exemplo, eu não sei em que é que Portugal pode contribuir para o desenvolvimento de Angola. Só se for com algum conhecimento, dado que o crescimento económico em Angola é muito superior e que Angola é muito mais rica do que Portugal. É mais ao contrário: Portugal tem é que pedir a Angola e Angola é que tem de contribuir para o crescimento de Portugal. A coisa começa-se a inverter. E não é só nisto. A Nigéria também já não tem nada a pedir a Inglaterra, nem a Costa de Marfim tem alguma coisa a pedir a França. Pode é pedir algum conhecimento, que é o que falta nos países africanos, ainda e por enquanto. Mas pouco mais. Agora, pode é haver uma cooperação maior – isso é diferente. Quando um empresário português chega a Angola estendem-lhe o tapete vermelho. Quando um empresário angolano quer investir em Portugal encontra uma série de barreiras. Só agora, desde há dois anos, é que os bancos portugueses estão a abrir os capitais a Angola. A cooperação tem de existir ao mesmo nível e patamar para os dois lados.

Em relação aos objectivos da campanha do milénio para 2015, acha que são possíveis de atingir? Acha que é possível limitar a fome, satisfazer necessidades básicas e estabelecer uma dignidade humana a nível mundial?

EF: As Nações Unidas foram criadas a seguir à II Guerra Mundial. O que me espanta é que esses objectivos sejam traçados para 2015 quando deviam ter sido traçados para 1960. Porque se traçam esses de objectivos, dessa forma, e depois continuamos a ter os mesmos problemas que tivemos no Ruanda, ou continuamos a ter os mesmos problemas no Saara



Ocidental? A questão é: como é que se resolve isto? Estamos a cinco anos de 2015. É difícil ser-se optimista nessas coisas, a não ser que os objectivos sejam muito baixos. É preciso insistir com os estados, não só dos países ocidentais, mas também e principalmente dos países subdesenvolvidos, para que exista uma boa governação. Exigir que eles exijam das empresas. O mundo é governado por empresas, por multinacionais. As empresas deviam ter por isso mesmo obrigações sociais e os governos não as exigem. Esses objectivos seriam possíveis se fossem traçados a partir daí, obrigando estas empresas todas que estão a desenvolver os países a terem responsabilidades sociais. Aí já era capaz de acreditar nesses objectivos.